

«UM POVO, UMA CULTURA, UMA REGIÃO»: A HISTÓRIA EXEMPLAR DA CASA DO ALENTEJO

por

Daniel Melo*

Resumo: O presente artigo é um contributo para a reflexão sobre o associativismo, o associativismo regionalista e o regionalismo através do estudo de caso da Casa do Alentejo sediada em Lisboa (fundada em 1923).

Palavras-chave: Associativismo regionalista; capital social; identidade cultural.

Este texto pretende reflectir sobre o duplo contributo da Casa do Alentejo (CA) lisboeta para o regionalismo português (e, em particular, para o «alentejanismo») e para o associativismo regionalista, durante os séculos XX e XXI¹. O estudo de caso desta associação regionalista justifica-se por 2 motivos principais: em primeiro lugar, dado o associativismo representar um movimento com significativo enraizamento e dinamismo sócio-culturais no interior da sociedade civil; em segundo lugar, visto a CA personificar uma das mais antigas e relevantes associações regionalistas do país.

A perspectiva adoptada articulará duas dimensões relevantes: a do capital social e a da identidade cultural. Ou seja, abordará o regionalismo enquanto rede de relações enriquecedoras da inserção comunitária e da coesão social e enquanto consciência de pertença comum². Para tanto, o artigo será dividido em 3 partes: uma primeira,

* Investigador associado sénior do ICS-UL (daniel.melo@ics.ul.pt); bolseiro de pós-doutoramento da FCT.

¹ Aproveito para agradecer o acolhimento e as facilidades concedidos pela instituição, em particular ao presidente Sr. João Proença, à vice-presidente Dr.ª Rosa Calado e aos funcionários da Secretaria.

² Sobre o capital social vd. Putnam, 2001: 18-25, ou 2002: 3-5. Nas suas palavras (2001: 19): “o capital social refere-se ao relacionamento entre pessoas – redes sociais e normas de reciprocidade e confiança que estas geram” (tradução livre). A identidade cultural é aqui vista como plural, dinâmica, discursiva e processual; como refere Friedman (1996: 74), a cultura “é um produto relativamente instável da busca de significado, de múltiplos e socialmente situados actos de atribuição de significado”. A cultura tem a ver então, sobretudo, com “o modo de produzir mundos de significado” (cf. *idem*: 76; tradução livre). Appadurai (1996: 12-5) enfa-tisa a cultura como a dimensão da diferença, apresentando-a como um processo de naturalização dum conjunto de diferenças mobilizadas para articular uma identidade grupal (vd. também bibliografia em Melo, 2004: nota 1).

que analisará a sua génese e evolução político-institucional; uma segunda, que abordará a actividade social; e uma final, que focalizará a actividade cultural.

1. O «alentejanismo» na capital: do Império colonial à hipoteca da regionalização

A primeira tentativa para erguer uma associação voluntária representativa da comunidade alentejana surgiu em 1912, com a criação da Liga Alentejana, em Lisboa. Foi despoletada pelo alarme face às greves contra a fome, ao desemprego, aos baixos salários e às más condições de vida dos alentejanos residindo não só na capital como no Alentejo e dos que recentemente haviam partido para as Caraíbas (ilhas Sandwich) e EUA (Califórnia). Segundo a carta convocatória inicial (de 27/ /X), visaria auxiliar os alentejanos radicados na capital bem como promover o “fomento material e intelectual” desta província (nos estatutos ficaria “progresso material e moral”)³. Formaram-na indivíduos com estatuto social e com prestígio na esfera pública, como literatos, académicos, médicos e militares, além de estudantes universitários e membros da pequena burguesia. Esta entidade resultaria do labor das comissões organizadora⁴ e estatutária⁵, e teria estatutos próprios aprovados nesse mesmo ano, com um programa ambicioso e preciso (meios: sindicato agrícola, mutualismo, mini-crédito, cooperativa de consumo, periódico, escola, agência de empregos para o Alentejo, actividades culturais e informativas, biblioteca, etc.). Ainda realizaria algumas sessões de propaganda em 1913, em Beja e Lisboa, e agendaria uma série de conferências para a sede (na Rua Garrett, 47, 2.º), por alentejanos. Porém, seria abruptamente dissolvida numa assembleia-geral extraordinária do final de 1913, invocando-se falta de recursos. Na realidade, talvez se devesse a desentendimentos entre os envolvidos, dada a grande conflitualidade política existente sob a I República e apesar do apartidarismo estatutário.

³ A informação sobre os primórdios da CA é baseada em Paquete, 1996 e 1997, salvo nota contrária.

⁴ Formada por prof. Agostinho Fortes, dr. Joaquim Pedro Martins, dr. Frederico Villaret, cap. António Ladislau Pareira, António Valente Serrano, dr. Martinho Dordio Rosado, cap. Alfredo Ernesto Maltez Pico, Armando de Vasconcelos Massano, Anselmo Vieira, Manuel de Sousa Câmara e Francisco Lopes. Jacinto Fernandes Palma (alfaiate e principal dinamizador do Grémio Alentejano) fala de si e de [António Lobo] Aboim Inglês (maçon, eng., prof., pres. da Associação Industrial Portuguesa e ministro republicano) como membros da Liga (cf. Nito, 1937). Entre estes destaca-se A. Fortes (maçon, prof. liceal e da UL, vereador da CML e senador republicano, depois aderente ao Estado Novo), indiciando a influência da maçonaria e do republicanismo (notas biográficas ap. Marques, 1986).

⁵ Formada pelo ten.-cor. Lourenço Caldeira Cayola, dr. Alexandre J. B. de Vasconcelos e Sá, dr. Mário Augusto Miranda Monteiro, António Pires Leitão, Manuel Joaquim da Silva, Artur Zagalo Pestana, João Camoenzas, Emílio Costa, Armando Camacho, Amâncio Cayola Zagalo e Adelino Bairrão.

Embora pioneira para a região, não o era para o país: o associativismo regionalista em Portugal surgira no estertor da monarquia constitucional, com o Club Transmontano (fundado em 1905) e o Grémio da Madeira (de 1907). Estas associações, criadas para a protecção de comunidades sub-étnicas em busca de integração social, irrompem num contexto de afirmação regional e segundo uma delimitação histórica provincial. Era evidente a inspiração republicana, sobretudo graças à sua postura pró-descentralização administrativa, a qual, porém, redundaria numa oratória de belo efeito mas de fracas consequências práticas.

Dos escombros das malogradas comissões da Liga Alentejana surgirá o Grémio Alentejano, em 1923, beneficiando este da persistência de alguns dos membros daquelas (casos de Agostinho Fortes, Pedro Martins, Lourenço Cayola e Vasconcelos e Sá). A instituição passará por um difícil embora curto período de institucionalização, salvaguardado pelo convívio na sala de visitas do alfaiate e sócio n.º 1 Jacinto Fernandes Palma (ao Bairro Alto), pela manutenção dum círculo duro de associados e pelo labor duma nova Comissão Organizadora (cf. Nito, 1937 e Candeias, 1997). Segundo outra fonte, logo em 1923 ter-se-ia constituído uma Direcção (correspondendo, hipoteticamente, à aludida Comissão Organizadora), formada pelo dr. José Francisco Ramos e Costa (pres.), António Carrilho, João António de Oliveira e Silva, Jacinto Fernandes Palma e José F. Pereira (cf. Galvão, 1952). Por fim, em 1926 é registada no Governo Civil de Lisboa (despacho de 4/XI). No ano seguinte, inaugura a sua primeira sede, ainda no Bairro Alto, na estratégica R. de S. Pedro de Alcântara. Para tal contribuiu o maçónico Grémio Luso-Escocês⁶, que lhe arrendou um apartamento. A sede definitiva será encontrada 5 anos depois, no Palácio de S. Luís (actual Palácio Alverca), na boémia R. das Portas de Santo Antão (ao Rossio), junto da sede do Sport Lisboa e Benfica, do Coliseu dos Recreios, do Teatro Nacional D. Maria II, de variados cinemas, cafés, restaurantes e tasquinhas de ginjinha. Ou seja, um local muito central e frequentado, o que só lhe traria benefícios.

Durante os anos 20 e 30, o regionalismo passa por uma fase de afirmação, não só em termos culturais como sociais e políticos. Chegados à institucionalização do Estado Novo, em 1933, estavam não só formadas praticamente todas as associações de âmbito provincial⁷ (exceptuando o Ribatejo) como revelavam uma grande dinâmica.

Além das actividades individuais, existia então um forte impulso para a concertação de esforços. Logo em 1930, vários grémios regionalistas juntam-se para o projecto

⁶ Associação de instrução e recreio, criada (em 1914) para conferir personalidade jurídica e existência legal ao Supremo Conselho do Grau 33 (do Rito Escocês Antigo e Aceite, cisão do GOL; cf. Marques, 1986, v. 1: 711).

⁷ Às já aludidas representações transmontana e madeirense seguem-se as das Beiras (1915/6), Minho (1923), Açores (1927) e Algarve (1931).

dum «Bairro regional» (a erigir junto ao simbólico Parque Eduardo VII, com aprovação do município de Lisboa e o desenho dos arqs. Raul Lino e Carlos Leal). Durante esta década, prossegue a cooperação intra-regionalista, com palestras conjuntas na Sociedade de Geografia de Lisboa, convites mútuos para representações em jantares e aniversários de cada agremiação, a criação da Junta Directiva Inter-Grémios (para contacto permanente com departamentos de turismo e propaganda) e a tentativa de criação duma plataforma comum. Para este último efeito, seria aprovada uma Comissão Organizadora da União Regionalista Portuguesa, na sede do Grémio de Trás-os-Montes e Alto Douro, em IV-V/1937. Tal projecto seria recusado pela maioria dos 7 grémios, em reunião conjunta, onde apenas votou a favor a Casa da Madeira (cf. Enes, 1996: 125-9). Calculavam, então, que o regime salazarista (ainda) iria corresponder aos seus anseios, ou que mais convinha cada qual seguir o seu curso. Ainda em 1941, a CA voltava à liça, tomando a iniciativa de se criar um Conselho Superior do Regionalismo, novamente sem sucesso (cf. Gonçalves, 1956: 29).

Debalde, o ascenso regionalista e o federalismo regionalista foram não só rejeitados como combatidos pelo Estado Novo, que os considerava uma ameaça à sua concepção imperialista, ultra-nacionalista e hiper-centralista.

Algumas provas: 1) uma circular da Direcção-Geral da Administração Política e Civil do Ministério do Interior (de início de 1931) para todos os grémios regionalistas, referindo a preparação duma lei reguladora da actividade respectiva, com o fito de uniformizar a sua actuação; 2) a anulação do projecto do «Bairro regional», ao impor o seu financiamento pelas asfxiadas câmaras municipais; 3) a ausência de apoios ao associativismo, designadamente nas questões concretas do estatuto de utilidade pública⁸ e dos direitos autorais (a este propósito vd. Melo, 2001: cap. V); 4) a hostilização do inter-associativismo, designadamente da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio (FPCCR), na qual a CA estava filiada, tal como outros grémios regionalistas (vd. *ibidem*); 5) a apropriação da designação de grémio para uso exclusivo do corporativismo, com a conseqüente obrigatoriedade de mudança de nome (daí, p.e., a redenominação em Casa do Alentejo) e de estatutos (decreto 29282, de 8/XII/1938); 6) o esvaziamento efectivo da autarquia regional/intermédia.

A alegada correspondência por parte do Governo às pretensões regionalistas limitou-se a um arremedo de autarquia intermédia, a província metropolitana, consubstanciada na Constituição de 1933 e no Código Administrativo de 1936-40. Face à

⁸ Situação que se torna ainda mais premente quando em 1960 são contemplados o Ginásio Clube Português, o Lisboa Ginásio Clube, o Sport Lisboa e Benfica (SLB), o Sporting Clube de Portugal e o Clube de Futebol Os Belenenses – cf. pasta sobre o estatuto de utilidade pública, 1987-1990, in Arquivo Histórico da Casa do Alentejo (doravante AHCA). Pouco depois, será a vez da Casa da Madeira ser distinguida (cf. Santos, 1965), agudizando o sentimento de injustiça e a arbitrariedade na aplicação da lei.

ausência de recursos financeiros, logísticos e humanos para corresponder às competências adstritas às juntas provinciais metropolitanas, e face à concorrência com os governos civis distritais, a proposta quedou-se numa resposta mais simbólica que consistente, ao nível duma certa representação folclórica da nação. A proposta foi tão esvaziada que cairia passadas 2 décadas (1959), sendo substituída por um nível distrital meramente administrativo (cf. Melo, 2001: 80-3; vd. tb. Santos, 1985: 127-138).

Face a este contexto adverso, o «alentejanismo» tentou sobreviver desenvolvendo a ideia do regionalismo como suporte básico comunitário do patriotismo, plasmado na sua divisa de então «Todos pelo Alentejo, o Alentejo pela pátria». A “diversidade na unidade” foi muito pugnada mesmo extra-muros, como no caso central da França (vd. Thiesse, 1997: [3]-34, ou 1999: 189-262). Em Portugal teria muitos adeptos, pois era uma perspectiva adequada para legitimar uma posição pública numa sociedade muito nacionalista, especialmente nas suas elites.

A CA optou por realizar iniciativas que mostravam à capital, i.e, ao país, a relevância da região alentejana, através de manifestações culturais como o canto tradicional popular, a poesia popular e erudita, o artesanato, a gastronomia, o turismo, os monumentos e demais património artístico (de que falarei adiante em detalhe). Entretanto, nunca desistiu de reivindicar o reconhecimento das autoridades públicas relativamente ao almejado estatuto de instituição de utilidade pública.

À medida que a instituição se ia fortalecendo e ganhando visibilidade, e que constatava a falta de retribuição oficial, o discurso ia mudando. Primeiro, apresentando a obra feita, depois acompanhando a questão da planificação económica e pugnando por um efectivo planeamento regional, articulando com várias chamadas de atenção para graves carências locais concretas.

Assim, um dos mais destacados associativistas alentejanos reivindicava, em 1960, a necessidade de apoio estatal às casas regionais (novamente no plural), dado o seu préstimo nas áreas da divulgação turística, benemerência, assistência e cultura (cf. “Impõe-se..”, 1960). Ao mesmo tempo, exortava ao “exercício integral da missão” adstrita às casas regionais, i.e, “a defesa dos interesses regionais” [sic], para afastar a tentação da limitação a “simples sociedades de recreio” (num recado mais dirigido às casas de âmbito concelhio ou comarcã do que distrital ou provincial). Por outro lado, um projecto de federalismo regionalista apenas teria sentido quando findasse o distanciamento das autoridades e autarquias face à sociedade civil organizada, numa crítica implícita ao Estado⁹.

⁹ Já nos anos 40 a CA voltara a empenhar-se numa cooperação intra-regionalista, frustrada pela recusa de subordinação em termos de coordenação das casas mais ‘pequenas’ às ‘maiores’ (cf. Calado, 1946) e/ou pelo receio duma tomada de campo pelo corporativismo oficial (a Câmara Corporativa chegou a ter um projecto de integração das casas regionais, aventado em 1945: cf. Gomes, 1996: 23 e 27).

No ano seguinte, o mesmo Victor Santos exigia publicamente ao governo estradas de ligação/integração (entre elas a enguiçada A5) e apresentava uma lista de obras prioritárias para o Alentejo, em diversos domínios (sobretudo, na economia, comunicações e transportes), exigindo que o novo fontismo dos Planos de Fomento não se quedasse por Angola (cf. Santos, 1961a e b, respectivamente).

A instituição ia agora aos fóruns ligados ao regime debater a sua política sócio-económica, embora de modo subtil, como na comunicação ao I Congresso das Comunidades Portuguesas (Lisboa, 8-16/XII/1964; cf. Machado, 1965).

Com a revolução de 1974, dá-se uma luta interna pelo poder, com a antiga guarda, personificada em figuras como Victor Santos¹⁰, resistindo até à extinção física ao avanço comunista. Nos anos 80, a sintonia política entre a direcção associativa e a maioria do poder local alentejano é evidente. Com ela, e face à governação de centro-direita e à regionalização como desígnio constitucional, a CA torna-se portavoz do regionalismo político (das famigeradas «regiões administrativas» continentais), bem como baluarte duma certa visão histórica da sociedade, assente na resistência do proletariado oprimido dos campos e na defesa dos direitos dos operários. O alinhamento político comprova-se na orientação editorial e em textos de mera propaganda partidária do PCP (cf., p.e., “Reforço..”, 1982). Outrossim, é o tempo de defesa de grandes projectos regionais, como a reforma fundiária, a reconversão agrícola e o empreendimento hidro-agrícola do Alqueva (cf. Candeias, 1980). Em termos institucionais, verá coroado o seu empenho combativo com a compra da sede (em 1981) e a atribuição do estatuto de «pessoa colectiva de utilidade pública» (despacho de 9/I/1991), após derradeira tentativa desencadeada no final de 1986/ início de 1987¹¹.

Perante a hipoteca (a médio prazo, pelo menos) da regionalização provocada pelo processo do referendo da regionalização, de 1998, a CA acercou-se da «Europa das regiões»¹², da divulgação das actividades económicas e culturais e da promoção duma identidade sócio-cultural, pugnando por um associativismo com agenda própria e já mais demarcado duma orientação político-partidária. No limiar de novecentos, materializou-se, finalmente, o projecto do federalismo regionalista, com a criação do Conselho Nacional das Casas Regionais (CNCR), congregando as 8 casas regionais históricas sediadas em Lisboa (cf. Geraldo, 2000). Pode ter ajudado à decisão

¹⁰ Victor Santos foi membro da candidatura presidencial opositorista de Norton de Matos (1948-49), luso-tropicalista (biografia encomiástica de Gilberto Freyre no boletim de VI/1955) e, talvez, spinolista (ao elogiar e propor o então Presidente da República como sócio honorário, no Verão de 1974 – vd. “O 51.º.”).

¹¹ Cf. pasta sobre o estatuto de utilidade pública (1987-90) e *dossier* «Documentos históricos da Casa do Alentejo» (1933-91), in AHCA. Antes recebera um louvor do Ministério da Educação Nacional (1939) e o grau de Oficial da Ordem da Benemerência (1941), ambos, porém, sem o alcance material e jurídico do estatuto de utilidade pública.

¹² Vd. tema geral do último «Congresso Alentejo XXI» (2004) – “Alentejo, região portuguesa e europeia: desafios da globalização e do desenvolvimento”.

a crescente importância das redes de contactos e da estruturação dum grupo de interesses (*lobby*) com maior capacidade de influência junto das várias esferas do poder político, quer intra quer transnacional (como a UE, a UNESCO, etc.)¹³. No contexto dum mundo cada vez mais globalizado, as reivindicações associativas e identitárias sub-étnicas suportam a tentativa de contrapor alternativas assentes no princípio da diversidade, em resposta a uma indiscriminada “padronização cultural – sobretudo de incidência anglo-saxónica – do modo de vida”, porque corrosiva da “individualidade” (ou seja, da tal diversidade) no interior do espaço “nacional” (cits. da declaração de princípios do CNCR, *idem*: 9).

2. CAPITAL SOCIAL: ENTRE O CONVÍVIO, A IRMANDADE, A ASSISTÊNCIA E A BENEMERÊNCIA

Não é por acaso que a CA é conhecida pelas suas conferências e bailes. Uma estimativa por ocasião do seu 50.º aniversário atribuía-lhe acima de 3 mil conferências e festas (cf. “Mais..”, 1973). Essa tradição manteve-se até à actualidade, tendo evoluído dum modelo de palestra solitária para conferências colectivas (incluindo ciclos temáticos).

A este propósito cabe referir alguns eventos que conciliavam várias modalidades, como as festas de aniversário (iniciadas com a abertura da 1.ª sede, e juntando confraternização, refeição, alocução e baile) e as “tardes alentejanas” / “tardes dançantes” (desde 1929, incluíam “manifestações de arte”, seguidas de baile). Também se realiza(va)m ciclicamente festas de Natal, Ano Novo, Carnaval, Páscoa e da Pinha, estimulando um contacto regular entre os membros da comunidade transtagana.

Em termos do estabelecimento de redes de contactos, saliente-se a formação dum Conselho Regional enquanto órgão representativo dos 42 concelhos administrativos alentejanos, regulamentado em 1933 mas com trabalho feito já detrás, sobretudo nas áreas assistencial, cultural e de intermediação junto das autoridades públicas (cf. Grémio Alentejano, 1934: [25]-29). Em 1984, este órgão entretanto esvanecido ressurgue sob a forma de “núcleos de naturais” dos concelhos alentejanos, com vista a um trabalho e representação autónomas no seio da instituição¹⁴. Porém, só alguns núcleos

¹³ Note-se que esta é uma tendência internacional no associativismo (regionalista ou não) na diáspora, como o comprova o caso italiano no Canadá (vd. Harney, 1998).

¹⁴ Cf. “Memorando sobre a história e actividades da Casa do Alentejo desde a sua fundação em Junho de 1923 até Dezembro de 1989”, CA, I/1990, fl. [4] (documento dactilografado do AHCA). Salvo nota contrária, as fontes das iniciativas da CA são os oficiais balanço de Gonçalves (1956), aquele memorando ou o sítio de Internet da CA, cada qual cobrindo sobretudo o período entre as suas fronteiras, daí ser dispensável uma remissão mais exaustiva.

farão um trabalho continuado; além disso, sairá frustrado o desejo da Direcção dos núcleos como locais de recrutamento maciço de novos sócios (cf. Jordão, 1999).

Ainda neste âmbito, e associado à troca de informação e ao estabelecimento de relações, saliente-se a colaboração nos congressos da Imprensa Alentejana (1932 e 1933) e Alentejano (13 edições entre 1985 e 2004), a “festa dedicada ao estudante alentejano” (1939), a representação nas festas comemorativas do 1.º centenário do Liceu de Évora (1941), as excursões a empreendimentos hidro-eléctricos e agrários transtaganos (1936, 1941, 1947), ao *Diário de Notícias* (1947) e a Vila Viçosa (1954), a adesão à Associação da Imprensa Regional e Técnica (1956), e a participação no Congresso de Ciências Agrárias (1943) e no já referido I Congresso das Comunidades Portuguesas (1964).

O fomento de relações com outras associações para fins associativos concretos foi frequente, tendo a CA endereçado convites para vários dos seus aniversários (p.e., Casa de Cabo Verde e Grupo dos Amigos de Olivença), disponibilizando as suas instalações em situações de necessidade, caso da Casa de Goa na fase de instalação (cf. “O 51.º.”, 1974, e “Casa de Goa.”, 1964, respectivamente). Registe-se também a adesão a iniciativas da FPCCR (vd., p.e, “Encerramento.”, 1982).

Outra modalidade convivial muito usada (embora com fito primevo de reconhecimento simbólico) foi a cerimónia de homenagem, normalmente a alentejanos que se destacaram na sua actividade¹⁵, mas também não olvidando os chefes de Estado (Carmona em 1940). Encontram-se afixadas nas paredes da sede placas (“Quadro de honra de alentejanos ilustres”) que contemplam uma poucas dezenas de individualidades de várias áreas, predominando os intelectuais e do século XX.

No campo assistencial, destacam-se o natalício e pascoal «bodo aos pobres» (obra duma Comissão feminina própria), o apoio pecuniário a alentejanos mais necessitados, a colocação de comprovicianos desempregados (a pedido destes), o retorno de “patricios indigentes, fornecendo-lhe[s] para tanto os necessários meios”, a assistência a doentes e presos (incluindo a então costumeira oferta de tabaco), o funcionamento dum posto clínico (1941-70, gratuito para os comprovicianos e dirigido pelo médico Ramon de La Féria), entre outras iniciativas¹⁶.

¹⁵ Eis uma lista oficial até 1955: tenores José Rosa e Tomás Alcaide; escritores Manuel Ribeiro, Mário Beirão, José da Silva Picão e Gabriel Pereira; poeta Conde de Monsaraz; académico Hernâni Cidade; combatentes na I Guerra Mundial; político João de Azevedo Coutinho; religioso S. João de Deus; maestro José Cordeiro. Também foram homenageados os engenheiros José Custódio Nunes e António Alves da Costa (responsáveis da Empresa Hidro Electrica do Alto Alentejo – cf. cópia do «Relatório da Direcção – ano de 1931», Grémio Alentejano, 10/II/1932, fl. 7, *Dossier* «Documentos históricos da Casa do Alentejo», 1930-94, AHCA) e o presidente da congénere de Lourenço Marques, por sinal ex-médico do posto clínico da «casa-mãe» (cf. “A Casa.», 1954).

¹⁶ Para a citação cf. cópia do «Memorial [da Casa do Alentejo]», [c.1941], fl. [1], *s/ass.*, *Dossier* «Documentos históricos da Casa do Alentejo» (1930-94), in AHCA.

A CA oferecia também descontos aos seus associados em vários estabelecimentos comerciais (dos mais variados sectores) e em consultórios médicos, o que era ponto de honra daquelas associações regionalistas com maior implantação institucional, influência comunitária e empenho associativo (cf., p.e., “Descontos.”, 1964; para a comparação cf. Melo, 2004). Acresce ainda o restaurante da CA, especializado na respectiva cozinha regional, e ainda hoje um espaço popular e conhecido (para o que decerto contribui o impressionante cenário criado pelos azulejos naturalistas de Jorge Colaço, alusivos à feira alentejana de St.^a Eulália – cf. Coelho, 2002: 16 e 18).

No sector educativo, destaca-se a actividade do Orfeão da Casa do Alentejo (desde 1927), os cursos de explicação e lições de literatura (1928), de ginástica (desde 1935), de literatura portuguesa (1942) e de dicção (1950), a escola primária feminina (1942-70, com «cantina» e para as filhas de alentejanos desfavorecidos) e os prémios para os melhores alunos alentejanos dos liceus de Lisboa e Alentejo (desde anos 40, pelo menos – cf. Casa do Alentejo, [1948]).

Refira-se ainda o patrocínio, desde XII/1939, do *Almanaque Alentejano* (“obra de divulgação regionalista” coordenada pelo jornalista Fausto Gonçalves – vd. Gonçalves, 1956: 29) e a edição dum órgão impresso (*Boletim do Grémio Alentejano / O Grémio Alentejano / Boletim da Casa do Alentejo / Revista Alentejana / Revista Alentejo*, 1935 –, totalizando mais de 500 números¹⁷). Este último teve um papel relevante, promovendo a aproximação entre os alentejanos, com informação útil (alguma de teor técnico-profissional), noticiário sobre os eventos regionais e da CA, obituários de associados e dirigentes, campanhas apoiando movimentos locais em causas concretas (p.e., a reivindicação duma escola de ensino técnico em Elvas, secundando o movimento local representado no *Jornal de Elvas*, em 1953, ou a criação do concelho de Vendas Novas, em 1954). Inseriu também informação sobre oferta de trabalho pelos interessados (cf. “Bolsa..”, 1953) e sobre as suas ‘filiais’ / ‘irmãs’ no ultramar e na diáspora (cf. “A Casa.”, 1954; “Vai..”, 1974; “Emigrantes..”, 1983), e publicitou os grandes «sorteios» (iniciados em 1947), um instrumento importante para recolher fama e proventos.

Enquanto corpo de associados, a CA nunca reuniu a maioria dos membros do seu espaço potencial, o que é a regra no associativismo. Na primeira década de vida, evoluiu gradualmente até ao milhar de sócios (cf. relatórios anuais no órgão impresso). Em meados dos anos 30, dá um salto para os 3 milhares. Nos anos 40 e 50 deve ter registado alguma queda, pois não são revelados dados absolutos e por em 1962

¹⁷ Tem como colaboradores iniciais homens de letras, académicos e especialistas como Agostinho Fortes, Lourenço Cayolla, Hernâni Cidade, Celestino David, Oliveira Charrua, Vítor Santos, José Gomes, Nobre de Gusmão, eng. Custódio Nunes, Santos Ferro, ten.-cor. Batista Carvalho, Ramos e Costa, etc..

ter caído para os c. de 2 milhares. Recupera a partir de então; quando retoma os 3 mil sócios, no início dos anos 80, lança uma ambiciosa campanha dos 5 mil sócios. Em 2000 fixava-se em 2004 sócios activos (1559 «naturais», 218 «auxiliares» e 227 «familiares»)¹⁸.

Quanto à estrutura sócio-profissional dos associados, a única informação disponível para uma data antiga remete para 1933 e só para o universo dos sócios residentes na capital (cf. Grémio Alentejano, 1934: 20/1). Nestes 1107 sócios, predominavam os comerciantes (12,56%), seguidos de perto pelos empregados de comércio (11,38%), oficiais do Exército (10,93%) e estudantes (10,84%). Em termos de grandes grupos, a maioria seria oriunda da administração pública (só os funcionários públicos, dos correios e telégrafos e municipais totalizavam 9,12%). Num escalão intermédio surgem os proprietários (4,34%), os empregados de escritório (4,07%) e os professores (3,61%), os médicos (3,52%), os empregados bancários (3,43%) e os advogados (2,71%). Trata-se, portanto, dum perfil de classes médias e pequena burguesia, ligadas sobretudo à administração pública, serviços e profissões liberais. Registe-se a presença diminuta do operariado (c. de 4%, entre aspirantes, ajudantes de farmácia, carpinteiros, electricistas, marceneiros, tipógrafos, etc.).

No final de novecentos, cristaliza-se uma tendência: a idade avançada da maioria dos sócios (1046 com 65 ou mais anos, ou 52,20% do total, incluindo 809 sócios naturais, 152 auxiliares e 85 familiares), donde, em princípio, prevalecendo os já reformados. Além disso, reforça-se a predominância das classes médias, e em termos profissionais, destacam-se os bancários (9,75% do total de não-reformados, ou 62/38/2), os funcionários públicos (6,69%, ou 65/4/1) e os empregados de serviços (de escritório e administrativos com 5,74%, ou 53/1/6). Em contrapartida, os estudantes praticamente desaparecem (2 sócios naturais).

Talvez devido à maior probabilidade de decréscimo por desaparecimento biológico dos seus associados, este tipo de associativismo esteja cada vez menos dependente de quotizações e mais ligado a outras fontes de financiamento, como festas, restaurantes (ou a sua concessão), venda de produtos próprios, aluguer de espaço, etc.

3. IDENTIDADE CULTURAL: CELEBRAÇÃO E FESTA, REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS

Não descurando o alcance da escola primária, do posto médico e dos bailes, a actividade cultural foi a vertente mais relevante da intervenção da CA.

¹⁸ Os sócios auxiliares são alentejanos que residem na região e os familiares são parentes próximos de sócios naturais. Todo os dados para 2000 são baseados em fontes oficiais fornecidas pela CA.

Além do copioso e diversificado número de iniciativas nesta área, ressalta que esta actividade serviu para a instituição não só legitimar a sua intervenção pública como para afirmar uma identidade regional junto dos seus e da comunidade nacional.

Esta identidade regional significou, sobretudo, o assumir duma identidade cultural, i.e., a consciência de pertença comum a uma comunidade com base em características e actividades culturais singulares e em sociabilidades que constantemente actualizam, renovam e reproduzem aspectos desse mesmo universo de artefactos, vivências e representações (sobre a identidade social como actividade processual do homem vd. Cabral, 2003).

A maioria das conferências permitiam convocar a identidade regional, fosse pela naturalidade do palestrante ou nos factos, figuras ou assuntos evocados¹⁹. Mas também havia uma abertura (curiosidade) ao exterior, fosse de pendor nacional, universal ou mesmo face a outras regiões²⁰. Além disso, o próprio dia do aniversário, 10/VI, evocava uma figura cultural nacional com projecção universal, Camões. A maioria das palestras abordava a literatura (e, nesta, a poesia), em especial, suas figuras (mais no caso nacional), correntes estéticas e conteúdos.

O Orfeão Alentejano, também já mencionado pela sua componente educativa, é também aqui uma referência, dado divulgar um repertório musical regional e ser um agrupamento da própria instituição, permitindo maior consistência, visibilidade e regularidade (apesar de algumas paragens). Apresenta-se em 1933 e em 1951 a sua actuação é radiodifundida pela EN. Tinha então c. de 100 elementos.

De resto, é na área musical, sobretudo no canto popular de raiz tradicional, que a CA consegue marcar o terreno dum modo inédito e sustentado.

Com efeito, a 1.ª exibição de canto alentejano na capital é organizado por esta instituição regionalista, em 1937. Este evento teve a forma dum “concurso de modas

¹⁹ P.e., sobre regionalismo (dr. Carlos Belo de Morais, em 1927; Lourenço Caiola, em 1930), “O Alentejo” (dr. Pedro Fazenda, 1929; cap. Luís Alves Martins, 1934), “Baixo Alentejo” (eng. Aboim Inglês, 1930), “Poesia alentejana” (dr. Augusto Amado de Aguiar, 1930), “O Alentejo que só nós conhecemos” (dr. Mário Madeira, 1933), “A nossa província” (dr. Agostinho Fortes, 1933), “O Alentejo e a nacionalidade” (id., 1939), “Regionalismo e sociedades de educação e recreio” (dr. Ferreira Deusdado, 1936), “Mário Beirão, poeta” (Joaquim Lança, 1936), “A saudade em Florbela” (dr. Victor Santos, 1936), «Uma hora com os poetas alentejanos (id., 1949), “Personalidade e a obra de Fialho de Almeida” (dr. Umberto Araújo, 1937), “Poetas do Alentejo” (Mário Mota, 1940), “Alentejo – terra – pão” (dr. Diogo Ramos e Costa, 1940), “Eça de Queirós, jornalista no Alentejo” (Leopoldo Nunes, 1943), «O meu Alentejo» (Maria de Aguiar, 1944), «O mundo alentejano» (Urbano Rodrigues, 1950), «Cantares alentejanos» (rev.º António Marvão, 1952) e «O Alentejo e a arte portuguesa» (dr. Mário Tavares Chicó).

²⁰ Vd., p.e., as palestras sobre Camões (em 1927, 1933, 1942), «Pedagogia de Montaigne» (prof. Manuel Subtil, 1934), António Nobre (prof. Severo Portela, 1937), a tuberculose (em 1931, 1935 e 1937), «Mário de Sá Carneiro e a poesia subjectiva» (dr. João Gaspar Simões, 1940), «Machado de Assis e a moderna poesia brasileira» (id., 1942), Antero de Quental (dr. Hernâni Cidade, 1942), «O Minho, terra de alegria» (dr. João Valério, 1947), «Problema de habitação e transporte» (sr. Plínio Silva) e «O Algarve visto do Alentejo» (dr. Virgílio Passos, 1951).

populares alentejanas”, por 4 «ranchos» (de Mértola, Vila Verde de Ficalho, Aldeia Nova de S. Bento e Vidigueira), no Teatro de S. Luís e com a colaboração da EN. A fórmula seria depois aperfeiçoada e mais espectacularizada, nas edições de 1952, 1965 e 1967 (todas no Pavilhão dos Desportos).

A 2.^a contou com 10 grupos de “cantos populares alentejanos” (de V. V. de Ficalho, Aldeia N. de S. Bento, St.^o Aleixo, Reguengos, Aljustrel, Sobral da Adiça, Amareleja, Pias²¹, Serpa e Mértola, sendo este um rancho infantil extra-concurso) e foi um grande êxito (mais de 6 mil espectadores). Como os grupos concorrentes não podiam ser de “organização permanente com direcção efectiva”, foi necessário contar com a colaboração oficial local, daí o apoio logístico por parte de casas do povo, juntas de freguesia, câmaras municipais e sindicatos nacionais²². Tratava-se da tentativa de recuperar traços culturais rurais num novo enquadramento (“deverão obrigatoriamente apresentar-se com traje regional *tão vulgarizado outrora* entre a gente do campo”, cf. *idem*, itálico meu), embora com as crianças e os mineiros a introduzir uma nota dissonante num cenário nostálgico que se queria fixista e bucólico. Não bastava a revitalização da herança musical, como se fizera em 1937, agora era também necessário criar todo um cenário condizente com uma certa concepção ruralista e tradicionalista, embora assumindo um compromisso com as formulações do espectáculo moderno.

As edições de 60 surgiram na veste de festival (III Grande Festival de Canto Alentejano e IV Festival de Cantares Alentejanos) e associando música popular de raiz tradicional com a música de massas. A de 1965, p.e., tinha no programa uma componente de “variedades”, com música ligeira (p.e., Tony de Matos e Madalena Iglésias), a participação de 5 grupos corais (de Serpa, Cuba, V. V. de Ficalho, Reguengos e o da CA, criado em 1952) e do conjunto musical «5 D’ouros» (também da CA; cf. *Programa...*, [1965]).

Mas como a dinâmica da modalidade terpsicórica era então muito influente no circuito dos espectáculos de inspiração tradicional, surgiram também os grupos fol-

²¹ Com o Grupo Coral de Pias deu-se um caso, provocado pela omissão dos seus versos do programa oficial, o que podia relacionar-se com o teor mais transgressivo dos mesmos, sem paralelo nos restantes repertórios (embora a CA tenha justificado tratar-se de falha involuntária): “levo as noites sem dormir, / pensando em ti meu amor / eu não posso resistir, / linda rosa deixa-me ir / p’ra teu peito encantador.” («Rosa branca»); “Eu trabalho todo o ano/ para produzir o pão; / Não me dá o resultado, / meu lindo Alentejo / Sôfro uma desilusão. / Vou-me embora p’rá cidade / que o campo já me aborrece / que eu lá na cidade tenho / meu lindo Alentejo / quem por mim penas padece.” («Meu lindo Alentejo»; cf. *Dossier* «Cantares alentejanos[:] Prémio «Dr. Virgílio Baião», 1951-52, AHCA). Note-se que este era 1 dos 3 grupos que não estavam enquadrados por uma estrutura do regime (em 10). Tais letras serão publicadas posteriormente no boletim (vd. “«Modas»...”, 1952).

²² Cf. «Regulamento do concurso de cantos populares alentejanos», Lisboa, 16/VIII/1951 (in *Dossier* «Cantares alentejanos[:] Prémio «Dr. Virgílio Baião», 1951-52, AHCA).

clóricos alentejanos. Além da convocação de grupos folclóricos, a CA organizou uma «marcha popular», que actuaria, durante os anos 60 e 70, na quadra dos santos populares junianos. Embora uma fórmula lisboeta, as marchas populares foram emuladas pelo país fora, incluindo pelo associativismo regionalista ultramarino (cf. Melo, 2001, 2003 e 2004).

Já nos anos 80 dá-se uma mudança, com o patrocínio à exibição e reunião dos grupos corais alentejanos da Grande Lisboa e Setúbal surgidos no pós-revolução de 1974, na ordem das 2 dezenas por ocasião da sua participação no I Congresso de Cantares do Alentejo (1983)²³. A própria música era não só divulgada como analisada e debatida tematicamente (culminando no Congresso do «Cante» Alentejano, de 1997, organizado pela CA em Beja²⁴). Além disso, estava mais difundida institucionalmente, tendo a emulação irrompido geograficamente mais próximo da representante regionalista por excelência e graças a uma comunidade migrante então muito activa (e, provavelmente, potenciada pelo apoio do fortalecido poder local, das câmaras municipais mais alinhadas política ou culturalmente ou ambas). A nova fórmula sem competição (pois sem concurso) continua em 1986, exibindo-se então 29 grupos, no Pq. Eduardo VII. Estes grupos passaram a ter um palco privilegiado na CA, primeiro na animação dos seus aniversários, depois nas «tardes culturais alentejanas» (desde 1988). Tinham, contudo, de repartir o espaço com as congéneres alentejanas. Por vezes, a instituição torna-se um agente de espectáculos, um intermediário, como p.e. na actuação de 4 agrupamentos na Feira Internacional do Artesanato (Feira Internacional de Lisboa, 1989). Ainda em 1989, desfilaram pela Baixa lisboeta, ao lado de bandas de músicas e ranchos folclóricos.

Estamos, assim, perante uma invenção da tradição (cf. Hobsbawm, 1994), pois estes grupos são formais e estáveis (ao invés dos originais). Além disso, pretendem estabelecer uma ligação com um certo passado, ora heróico e abnegado do povo alentejano ora lírico e bucólico do contexto local, e fazem-no através da repetição, da continuidade. Daí a importância dos circuitos regulares de exibição e da sua formalização institucional. O reforço do poder local (e das políticas culturais) e o crescente êxodo rural para a Área Metropolitana de Lisboa (como consequência da reconversão da economia nacional pela adesão à Comunidade Económica Europeia, reforçando os serviços e diminuindo o peso do sector agrícola), acompanha a con-

²³ Também a «Grande Festa Cultural do Alentejo», que ocupou 1 mês de 1983 e onde se debateu as “realidades histórico-cultural e económica da região, encerrou com um “desfile cultural e etnográfico” na principal artéria da capital (cf. “Memorando.”, *op. cit.*, AHCA).

²⁴ Este encontro contou com a participação de académicos e outros estudiosos da etnografia (p.e., José Chitas, Henrique Pinheiro, Salwa Castelo-Branco, Julián del Valle, pe. António Cartagena, Domingos Morais, etc.) e de dinamizadores de grupos folclóricos alentejanos, a maioria dedicados em exclusivo ou sobretudo ao cante alentejano – cf. CA, 1997.

solidação destes grupos nesta mesma área. O Alentejo vive por isso, cada vez mais, fora de si, na ou junto à capital, ou seja, desterritorializou-se.

Neste âmbito, destaca-se ainda o evento «Semana do Alentejo» (de 1979), que associava um desfile etnográfico à divulgação de actividades culturais regionais (artesanato, turismo, produtos locais, etc.), depois continuado anualmente pela «Semana dos Concelhos». Tal permitiu a descentralização da intervenção da CA, pois algumas das acções ocorriam nos próprios concelhos, além do reforço das parcerias com serviços culturais municipais.

No campo da música, surgiria ainda a Orquestra Ligeira da Casa do Alentejo (no aniversário de 1984), combinando um repertório de música popular alentejana («modas»), marchas, clássica, folclórica internacional (russo, *folk*, tango, mambo) e clássica alusiva à região («Suite alentejana», do compositor conterrâneo Luís de Freitas Branco; cf. *Estreia...*, [1984]). A música que passava, portanto, não era só a regional. A CA estava aberta aos géneros mais populares, e assim teria que ser por causa dos bailes (fonte de receitas), bem como a géneros com simbolismo especial, como o fado e a «canção popular portuguesa» (a 'colheita' de José Afonso e tantos outros). Aliás, as suas portas sempre estiveram abertas a outras solicitações, como p.e. para as comemorações do mês da música em 1989 pela FPCCR (com orfeões, ranchos folclóricos, bandas de música, etc.).

No reverso da música, a letra contou não só com declamações em conferências e coros como recitais de poesia/poetas alentejanas (p.e. em 1950), recolhas e concursos.

No campo teatral, formou-se o Grupo Cénico da Casa do Alentejo no final de 1953, acolheram-se o Grupo Cénico da Junta de Freguesia de Vila Nova de S. Bento e o Grupo de Teatro de Santa Clara-a-Velha de Odemira (ambas em 1989).

A biblioteca, também ela um emblema da instituição, foi aberta no aniversário de 1937, espelhando os seus c. de 9 mil volumes actuais um acervo generalista, além duma parte relevante especializada na temática transtagana.

As exposições são também um dos trunfos desta instituição, estreando-se com Dórdio Gomes (em 1932, do qual tem vários quadros). Realizou a sua «1.ª Exposição de Artes Plásticas do Alentejo» em 1938, a 2.ª em 1973 e a 3.ª em 1989²⁵. Junte-se-lhes as de desenhos (de Francisco da Cruz Louro, Constantino Martins e Azinhal Abelho, em 1937), a de artistas naturais do concelho de Moura (de 1988, destacando-se António Franco e Costa Pinheiro), a sugestiva exposição «Sul» de Guy Ferreira

²⁵ A última contou com obras de 19 artistas alentejanos, de grande qualidade: Alberto Godinho, Álvaro Lapa, Ana Esquivel, Aníbal Falcato Alves, António Palolo, Armando Alves, Costa Pinheiro, Diamantino Bravo, Dórdio Gomes, Espiga Pinto, Estrela Faria, Francisco Relógio, Hélder Batista, Henrique Ruivo, José de Carvalho, Joaquim Bravo, Manuel Ribeiro de Pavia, Noémia Cruz e Rogério Ribeiro.

e a do alentejano radicado no Canadá Eduardo Rosa (ambas em 1989). Noutros suportes, destaque-se as mostras de produtos de Redondo e da Serra da Ossa (1932), da «Semana Z» (protecção civil) e de tapetes de Arraiolos (ambas de 1937), do livro alentejano (1938), de fotografias do Alentejo (1939), do fotógrafo Eduardo Nogueira e o painel de azulejos «Morte do Lidador», de Jorge Colaço (ambas de 1940), do jornal alentejano e de barros do Sul (ambas de 1947), de fotografias regionais de Artur Pastor (1948) e Armando Raposo (1953, de plantas e flores e de obras de talha e quadrados de Alípio Brandão (ambas de 1948), entre muitas outras.

O artesanato também foi sempre uma área muito explorada. Além da componente expositiva, acima referida, saliente-se a criação da Tear, c. de 1983, uma oficina regional de artesões sediada na CA e cuja produção foi premiada internacionalmente nos anos 90 (cf. “A nossa.”, 1997).

Resta, novamente, abordar o papel do órgão impresso. Parte relevante dos seus milhares de páginas é ocupada com informação e conhecimento sobre a região alentejana: n.ºs ou partes dedicados a algumas das suas urbes (1943-44, 1947), a personalidades locais (dos mais falados são Fialho de Almeida e Florbela Espanca, juntando-se Bento de Jesus Caraça e Manuel da Fonseca após a revolução de 1974). No campo literário, saliente-se o Concurso Literário, organizado pelo próprio órgão impresso (desde 1953), o qual aproveitava e divulgava parte desse material. Em 1954, ao literário adita-se uma competição fotográfica. Tal fórmula será relançada em 1997, com o Prémio Casa do Alentejo «O Alentejo, sua história, suas gentes e cultura», tendo já contemplado conto, fotografia, «cante» e pintura. Também desde esse ano é organizada uma Feira do Livro, com incidência no livro de temática alentejana.

A edição livreira da CA (vd. quadro) demonstra uma preocupação com a existência de literatura de referência, sobre a questão oliventina (1932 e 2001), a «reforma agrária» (2004), a história local (Monsaraz, 1966), dialecto (1933), pintura (de Rogério Ribeiro, 1981), livro (1938), poesia (1938, 1952, 1963, 1965, 1970 e 1978) e «cante» alentejanos (1997). Aqui destaca-se a poesia relativa ao canto alentejano, com uma recolha comentada de Victor Santos, em 4 tomos (1938, 1963, 1965 e 1978). Outra parte das publicações dão informação institucional (estatutos, relatórios, propaganda, etc.), e outra ainda são separatas de artigos no órgão impresso ou teses aos congressos da Imprensa Alentejana. Fora do âmbito regional, refira-se a separata duma conferência sobre a alimentação (1954), e um livro sobre o mutualismo (1998).

**Quadro da edição livreira do Grémio Alentejano/Casa
do Alentejo (1932-2004)**

Autor	Título	Local	Editor	Data
FORTES, Agostinho	<i>Nótulas à-cêrca dum falar da margem esquerda do Guadiana, acompanhadas de algumas notícias folclóricas</i>	Lx.	CA (Cadernos 4)	1933
GA	<i>Estatuto do Grémio Alentejano</i>	Lx.	Soc. Nac. de Tip.	1933
NAMORADO, Filipe de Morais	<i>Impulso ao ensino técnico no Alentejo</i>	Lx.	II Cong. ^o da Imp. ^a Alent. ^a	1933
GA	<i>Ano de 1933. Relatório e contas da Direcção. Parecer do Conselho Fiscal e relatório do Conselho Regional (aprovados em Assembleia Geral de 27 de Fevereiro de 1934)</i>	Lx.	s.n.	1934
GA	<i>Ano de 1934. Relatório e contas da Direcção e parecer do Conselho Fiscal (Assembleia Geral de 15 de Fevereiro de 1935)</i>	Lx.	GA	1935
GA	<i>Primeira exposição do livro alentejano: 1 a 10 de Junho de 1938: catálogo</i>	Lx.	GA	1938
SANTOS, Vítor (compil. e notas)	<i>Cancioneiro alentejano</i>	[Lx.]	GA	1938
CA (Lisboa)	<i>Estatuto</i>	Lx.	[Impr. ^a Art. ^a]	1942 (imp.)
AGUIAR, Maria	<i>O meu Alentejo</i>	Lx.	CA	1944
NUNES, José Custódio	<i>Palestra sobre o Alentejo</i>	Beja	CA	1945
CA (Lisboa)	<i>Alentejanos e alentejanistas: ouvi a Casa do Alentejo</i>	Lx.	CA	[1948]
CENTENÁRIO DO CONDE DE MONSARAZ 1852-1952	<i>Centenário do Conde de Monsaraz 1852-1952: curriculum vitae: retratos e poesias de várias épocas: poetas alentejanos ao poeta do Alentejo</i>	Lx.	CA	1952
CA (Lisboa)	<i>Programa do serão cultural para distribuição de prémios do I Concurso Literário</i>	Lx.	CA	1953
GALVÃO, António José Martins	<i>Vegetariana ou carnívora? (história da alimentação)</i>	Lx.	sep. BCA (conf. ^a)	1954
GONÇALVES, Fausto	<i>30 anos de acção cultural da Casa do Alentejo</i>	Lx.	CA	1956
CA (Lisboa)	<i>Estatuto da Casa do Alentejo</i>	[Sintra]	[Sintra-Gráf. ^a]	1957
SANTOS, Vítor	<i>Cancioneiro alentejano. Poesia popular</i>	Lx.	Liv. ^a Portugal	1959
COSTA, Diogo Cândido Ramos e	<i>Majestade de Rainha</i>	Lx.	sep. BCA	1960 (dep. legal)
SANTOS, Vítor	<i>O que se entende por regionalismo</i>	Lx.	sep. BCA	1960
SANTOS, Vítor	<i>Se... As comemorações</i>	Lx.	sep. BCA	1960 (dep. legal)
SANTOS, Vítor	<i>O Alentejo, como Angola, também é Portugal</i>	Lx.	sep. BCA	1961
SANTOS, Vítor	<i>Carta aberta ao Senhor Ministro da Justiça</i>	Lx.	sep. BCA	1961
SANTOS, Vítor	<i>Carta aberta ao senhor Ministro das Obras Públicas</i>	Lx.	sep. BCA	1961

SANTOS, Vítor (compil. e notas)	<i>Cancioneiro alentejano. Poesia erudita [vol. 1]</i>	Lx.	Serv. Cults. de Divulgação Alentejana [CA]	1963
SANTOS, Vítor (compil. e notas)	<i>Cancioneiro alentejano. Poesia erudita [vol. 2]</i>	Lx.	Serv. Cults. de Div. Alentejana	1965
[CA (Lisboa)]	<i>Relatório e contas da direcção</i>	Lx.	CA	1965>
GONÇALVES, José Pires	<i>Monsaraz: vida, morte e ressurreição de uma vila alentejana</i>	Lx.	CA	1966
CA (Lisboa)	<i>Estatutos/ Estatuto da Casa do Alentejo</i>	Lx.	[Gráf. Port.*]	1967
FRAGOSO, Manuel	<i>Terras de sol: poesia</i>	Lx.	CA	1970
CA (Lisboa)	<i>Estatuto da Casa do Alentejo</i>	Lx.	s.n.	1976 (dep. legal)
CA (Lisboa)	<i>Estatuto: 1958</i>	Lx.	CA	1976 (dep. legal)
SANTOS, Vítor (compil. e notas)	<i>Cancioneiro alentejano</i>	Lx.	GA	1978
CA (Lisboa)	<i>Rogério Ribeiro: pintura 1974-1980: [Catálogo-exposição]</i>	Lx.	CA	1981
CONGRESSO DO «CANTE» ALENTEJANO, BEJA, 1997	<i>Congresso do «Cante» Alentejano [actas]</i>	Lx.	CA	1997
CUTILEIRO, Tiago	<i>Os azulejos da Casa do Alentejo</i>	Lx.	CA (Cadernos 2)	1998
CARVALHO, Domingos	<i>Mutualismo: a força do associativismo democrático</i>	Lx.	CA (Cadernos 3)	1998
COELHO, Guilherme Alves	<i>Casa do Alentejo «Palácio Alverca»</i>	Lx.	CA (Cadernos 1)	1998 [3.ª ed.: 2002]
RODRIGUES, Mário	<i>Actualidade, justiça e oportunidade da questão de Olivença</i>	Lx.	Gr. dos Amigos de Olivença-CA	2001
	<i>Memória alentejana</i>	Lx.	Centro de Estudos Documentais do Alentejo (CA)	2002
MURTEIRA, António (dir.)	<i>Uma revolução na revolução - reforma agrária no sul de Portugal</i>	Porto	Campo das Letras e CA	2004

Fontes: biblioteca da CA; Porbase. Nb: apenas se incluíram as separatas do órgão impresso que constam da Porbase.

4. CONCLUSÕES

A história da CA é, portanto, uma história exemplar enquanto registo duma instituição representativa dum projecto cultural centrado na continuada partilha dum conjunto de referências, valores e práticas singulares. É um exemplo modelar, o que não significa que seja único. Afinal, as associações regionalistas sempre valorizaram a diversidade, pois era um valor necessário para a sua afirmação.

Porém, a CA contém características que lhe permitiram ter um impacto relevante na sociedade: a antiguidade, a continuidade, a articulação entre as dimensões política, social e cultural num mesmo quotidiano (na sua acção assistencial, filantrópica, educativa, cultural, doutrinária, reivindicativa e meramente associativa). A junção destas características foi conferindo confiança, credibilidade e influência comunitária, tornando aquilo que se poderia limitar a um projecto de reunião, de protecção grupal, num projecto de afirmação, de confluência e de abertura às comunidades e à sociedade.

Essa abertura era proporcionada não só por certos conteúdos e parcerias como pela própria partilha de fórmulas de intervenção com o restante associativismo voluntário independente (i.e., fora da esfera do Estado), como p.e. as modalidades sócio-culturais como as festas de aniversário, os bailes, os divertimentos de salão, as conferências, a edição (boletins, opúsculos e livros), o teatro e a biblioteca (cf. Melo, 2001: cap. V). Porém, uma diferença singularizava-as, e que é a bandeira do regionalismo. Além disso, essa particularidade era alimentada por estratégias de envolvimento intra-pessoal e afectivo, daí a centralidade da articulação entre actividades sociais e culturais, do assistencialismo e de encontros regulares.

O regionalismo promovido pela CA teve que se relacionar e negociar com forças políticas e sociais diversas (governantes e demais autoridades públicas, comunidades alentejanas, associativistas, etc.), daí resultando a acção possível. Num primeiro momento, houve que cimentar a instituição, criando mecanismos de aproximação e atracção para a comunidade sub-étnica (festas, «tardes alentejanas» com arte e bailes, I Congresso da Imprensa Alentejana), onde se incluem desde logo as estratégias reivindicativas. Depois, e acompanhando o reforço do associativismo regionalista, registou-se uma articulação mais forte entre regionalismos de pendor cultural (construção dum conjunto de representações e práticas sobre o alentejanismo»), social (assistência, convívio e educação) e político (reivindicações para a região em termos de infra-estruturas e pedido de reconhecimento oficial da instituição via estatuto de utilidade pública, etc.). Face à contra-ofensiva do salazarismo, a CA recolheu-se a um regionalismo de pendor mais sócio-cultural, que manteve viva a chama duma comunidade crescentemente compelida ao exódo rural e à imigração. Com os Planos de Fomento, surge o argumento da planificação racional como arma para combater o esquecimento do Alentejo na repartição do investimento nacional. Após a revolução acentua-se o regionalismo político, agora mais embrenhado na luta político-partidária. Apesar desse empenho, o peso institucional e uma maior sensibilidade do poder político valem-lhe, finalmente, a concessão do estatuto de utilidade pública (1991). Debalde, o apoio oficial ao associativismo voluntário permanece débil, volúvel e arbitrário (de que os benefícios a certos clubes de futebol são a prova mais cabal). Face à suspensão da regionalização político-administrativa,

reemergiu a dimensão sócio-cultural, com o reforço dos bailes, da confraternização, das conferências e dos espectáculos de canto popular alentejano, e uma maior abertura ao exterior. Esta abertura espelha a reconsideração do localismo enquanto vivência democrática, participada e comunitária da globalização, superando a questão nacional. Daí a nova divisa («Um povo, uma cultura, uma região»), que intitula este texto.

5. Fontes e bibliografia citadas

- “A CASA DO ALENTEJO HOMENAGEOU O DR. [José Hermilo] Meira e Cruz presidente de Direcção da sua congénere de Lourenço Marques, sendo trocadas mensagens de saudação” (1954), *Boletim da Casa do Alentejo*, Lisboa, CA, n.º 213, IV, p. [11].
- “A NOSSA ARTE ALENTEJANA[:] TEAR GANHA TROFÉU INTERNACIONAL” (1997). *Revista Alentejana*, Lisboa, CA, s. 2, n.º 5, III, p. 5.
- APPADURAI, ARJUN (1996). *Modernity at large. Cultural dimensions of modernity*, Londres e Minneapolis, University of Minnesota Press.
- “BOLSA DE TRABALHO” (1953). *Boletim da Casa do Alentejo*, Lisboa, CA, n.º 200, XII, p. [30].
- CABRAL, JOÃO DE PINA (2003). “Identidades inseridas: algumas divagações sobre identidade, emoção e ética”, Lisboa, ICS-UL, *working paper* (www.ics.ul.pt).
- [CALADO], [RAFAEL SALINAS] (1946). “A Casa do Alentejo e o Conselho Superior do Regionalismo”, *Boletim da Casa do Alentejo*, Lisboa, CA, n.º 109, I-II, p. 10/1.
- CANDEIAS, ANTÓNIO BAPTISTA (1980). “Alqueva em questão”, *Revista Alentejana*, Lisboa, CA, n.º 467, XI-XII, p. 15.
- CANDEIAS, ANTÓNIO BAPTISTA (1997). “Casa do Alentejo e «Cadernos CA»”, *Revista Alentejana*, Lisboa, CA, s. II, n.º 7, XII, p. 30.
- “CASA DE GOA EM LISBOA” (1964). *Revista Alentejana*, Lisboa, CA, n.º 323, III, p. 5.
- CASA DO ALENTEJO (Lisboa) ([1948]). *Alentejanos e alentejanistas! Ouvi a Casa do Alentejo*, [Lisboa], [Ofs. Gráfs. da Rádio Renascença].
- CASA DO ALENTEJO (Lisboa) (s/d). “Quem somos”, Lisboa, CA, in <http://www.casadoalentejo.pt>.
- COELHO, GUILHERME ALVES (2002). *Casa do Alentejo «Palácio de Alverca»*, 3.ª ed., Lisboa, CA.
- COGRESSO DO «CANTE» ALENTEJANO, BEJA, 1997 (1997), *Congresso do «Cante» Alentejano [actas]*, s.l., Casa do Alentejo, 1997, policopiado.
- “DESCONTOS EM CASAS COMERCIAIS AOS SÓCIOS DA CASA DO ALENTEJO” (1964), *Revista Alentejana*, Lisboa, CA, n.º 329, IX, p. 32.
- “EMIGRANTES DO CANADÁ CRIAM CASA DO ALENTEJO” (1983), *Revista Alentejana*, Lisboa, CA, n.º 481-482, VII-X, p. 23-5.
- “ENCERRAMENTO DO ENCONTRO DE COLECTIVIDADES DE CULTURA E RECREIO DO DISTRITO DE LISBOA RECLAMA APOIOS DO GOVERNO” (1982), *Revista Alentejana*, Lisboa, CA, n.º 476, X-XI, p. 22.
- ENES, CARLOS (1996), *A Casa dos Açores em Lisboa*, 1.ª ed., Lisboa, Casa dos Açores.
- ESTREIA DA ORQUESTRA LIGEIRA DA CASA DO ALENTEJO* ([1984]), s.l., s.n., brochura.
- FRIEDMAN, JONATHAN (1996 [1994]), *Cultural identity and global process*, Londres, Sage Publications.
- GALVÃO, ANTÓNIO JOSÉ MARTINS (1952), “Na sala da Direcção [da Casa do Alentejo]”, *Revista Alentejana*, Lisboa, CA, n.º 182, VI, s. p.

- GERALDO, MANUEL (2000), “Casas regionais a uma só voz”, *Revista Alentejana*, Lisboa, CA, s. 2, n.º 17, X-XII, p. 9/10.
- GOMES, CARLOS (1996), *Regionalismo em Portugal. Subsídios para a sua história*, Lisboa, Casa do Concelho de Ponte de Lima.
- GONÇALVES, FAUSTO (1956), *30 anos de acção cultural da Casa do Alentejo*, s. 1., CA.
- GRÊMIO ALENTEJANO (1934), *Ano de 1933. Relatório e contas da Direcção. Parecer do Conselho Fiscal e relatório do Conselho Regional (aprovados em Assembleia Geral de 27 de Fevereiro de 1934)*, Lisboa, s.n..
- HARNEY, NICHOLAS DEMARIA (1998), *Eh, paesan! Being italian in Toronto*, Toronto, University of Toronto Press.
- HOBBSBAMM, ERIC (1994 [1983]), “Introduction: inventing traditions”, in Eric Hobsbawm & Terence Ranger (ed.), *The invention of tradition*, Cambridge, Cambridge University Press, p. 1-14.
- “Impõe-se que o Estado auxilie as Casas Regionais – declarou recentemente o dr. Victor Santos, numa entrevista que concedeu, recentemente, ao «Diário Popular»” (1960), *Boletim da Casa do Alentejo*, Lisboa, CA, n.º 273, I, p. 5.
- JORDÃO, LUÍS (1999), “Breve história sobre a origem dos núcleos”, *Revista Alentejana*, Lisboa, CA, s. 2, n.º 13, XI-XII, p. 13.
- [MACHADO], [FRANCISCO VALENTE] (1965), “Algumas determinantes do exodo no Alto e Baixo Alentejo[:] comunicação apresentada pela Casa do Alentejo no I Congresso das Comunidades Portuguesas”, *Revista Alentejana*, Lisboa, CA, n.º 342, XI, p. 10/1.
- “MAIS DE 3000 FESTAS E CONFERÊNCIAS JÁ SE REALIZARAM NOS SALÕES DA CASA DO ALENTEJO” (1973), *Revista Alentejana*, Lisboa, CA, n.º 434, VII, p. 14.
- MARQUES, A. H. DE OLIVEIRA (1986), *Dicionário de maçonaria portuguesa*, Lisboa, Editora Delfos, 2 v..
- MELO, DANIEL (2001 [1997]), *Salazarismo e cultura popular (1933-1958)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- MELO, DANIEL (2003), “Os desfiles das nações”, *História*, Lisboa, História – Publicações e Conteúdos Multimédia, ano XXV, III série, n.º 57, VI, p. 50-7.
- MELO, DANIEL (2004), “Longe da vista perto do coração: o associativismo regionalista no contexto colonial português”, Coimbra, Comissão Organizadora do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, *working paper* (www.ces.uc.pt).
- “«MODAS» DO RANCHO CORAL DE PIAS” (1952), *Revista Alentejana*, Lisboa, CA, n.º 180, IV, p. [14].
- NITO (1937), “Entrevistando o [sócio] n.º 1”, *O Grémio Alentejano*, Lisboa, GA, n.ºs 22-23, VI-VII, p. 50.
- “O 51.º ANIVERSÁRIO DA CASA DO ALENTEJO” (1974), *Revista Alentejana*, Lisboa, CA, n.º 444, V-VII, p. 16.
- PAQUETE, VITOR (1996), “A Liga Alentejana[:] subsídios para a pré-história da Casa do Alentejo (I)”, *Revista Alentejana*, Lisboa, CA, s.II, n.º 3, IX-X, p. 14/5.
- PAQUETE, VITOR (1997), “A Liga Alentejana[:] subsídios para a pré-história da Casa do Alentejo (II)”, *Revista Alentejana*, Lisboa, CA, s.II, n.º 4, I, p. 30.
- PROGRAMA DA III FESTA DE CANTARES ALENTEJANOS* ([1965]), s.l., s.n., brochura impressa.
- PUTNAM, ROBERT D. (2001), *Bowling alone. The collapse and revival of american community*, N. Iorque, Simon & Schuster.
- PUTNAM, ROBERT D. (ed.; 2002), *Democracies in flux. The evolution of social capital in contemporary society*, N. Iorque, Oxford University Press.
- “REFORÇO DA APU NO ALENTEJO NAS PRÓXIMAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS – OBJECTIVO FIXADO PELO 4.º

- ENCONTRO REGIONAL DE ELEITOS DO POVO UNIDO” (1982), *Revista Alentejana*, Lisboa, CA, n.º 473-474, IV-VII, p. 14.
- SANTOS, JOSÉ ANTÓNIO (1985), *Regionalização: processo histórico*, Lisboa, Livros Horizonte.
- SANTOS, VICTOR (1961a), “Carta aberta ao Senhor Ministro das Obras Públicas”, *Revista Alentejana*, Lisboa, CA, n.º 292, VIII, p. 3.
- SANTOS, VICTOR (1961b), “O Alentejo, como Angola, também é Portugal”, *Revista Alentejana*, Lisboa, CA, n.º 294, X, p. 4.
- SANTOS, VICTOR (1965), “As Casas Regionais instituições de utilidade pública”, *Revista Alentejana*, Lisboa, CA, n.º 339, VII, p. 3.
- THIESSE, ANNE-MARIE (1997), *Ils apprenaient la France. L'exaltation des régions dans le discours patriotique*, Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- THIESSE, ANNE-MARIE (1999), *La création des identités nationales. Europe XVIIIe-XXe siècle*, Paris, Éditions du Seuil.
- “VAI SER FUNDADA A CASA DO ALENTEJO DO QUANZA-SUL EM NOVO REDONDO” (1974), *Revista Alentejana*, Lisboa, CA, n.º 443, IV, p. 5.